



Desarrollo Rural

EXPLORACIONES

33

**Resistir plantando:
A resiliência dos sistemas agrícolas
indígenas no extremo sul da Bahia**

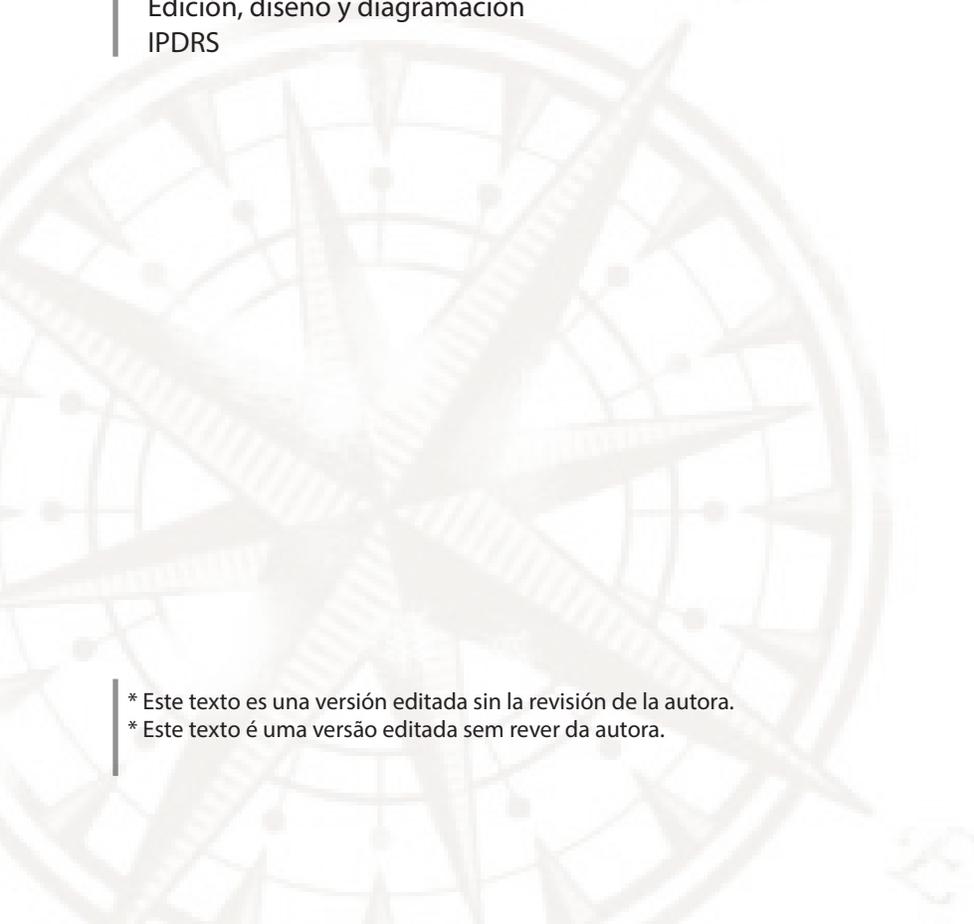
Créditos

Brasil, 2016

Autor:
Marilena Altenfelder de Arruda Campos

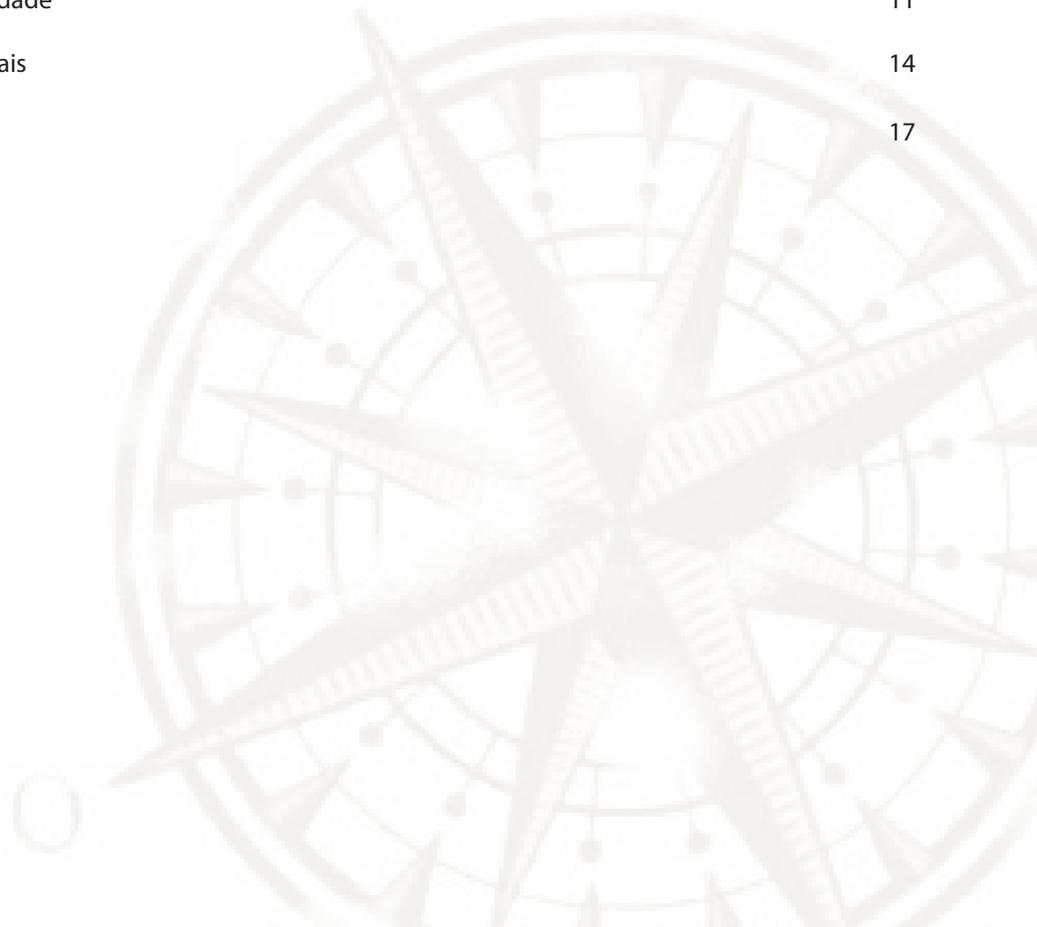
Edición, diseño y diagramación
IPDRS

* Este texto es una versión editada sin la revisión de la autora.
* Este texto é uma versão editada sem rever da autora.



Índice |

| | |
|---|----|
| As tentativas de modernização do sistema agrícola | 6 |
| A Resiliência dos Sistemas Agrícolas | 8 |
| Cultivando diversidade | 11 |
| Considerações Finais | 14 |
| REFERÊNCIAS | 17 |



Resistir plantando:

A resiliência dos sistemas agrícolas indígenas no extremo sul da Bahia

Apresento, neste ensaio, um breve histórico sobre a questão agrícola na região do Monte Pascoal[1] e a forma como os modos cotidianos de resistência Pataxó foram capazes de promover a perpetuação de saberes e práticas agrícolas tradicionais de gestão da agrobiodiversidade em detrimento do avanço das mudanças ambientais e dos projetos de modernização dos sistemas agrícolas. Ainda, demonstro como esses modos de vida possibilitaram a adaptação de conceitos e práticas advindas de atores externos, como técnicos, ambientalistas e planejadores, inovando-os através de mecanismos próprios que ampliam, assim, a resiliência dos sistemas sócio-ecológicos deste povo.

Para se trabalhar com uma noção de sistemas agrícolas indígenas ou tradicionais é preciso uma visão abrangente que relacione o manejo do espaço, das plantas, dos bens materiais e imateriais associados e do sistema alimentar. Para tanto, utilizo a definição de sistema agrícola tradicional de Emperaire et al. (2008), a qual foi elaborada para conceitualizar os sistemas agrícolas do Rio Negro na Amazônia, mas que também se encaixa perfeitamente ao contexto do presente estudo.

“o conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais. Em outros termos, trata-se do complexo de saberes, práticas e relações sociais que atua nas roças, ou mesmo na floresta, e vai até os alimentos e seus modos de consumo em diversos contextos da vida social. Em outros contextos, elementos tais como festas ou ritos, lugares específicos, formas

de comercialização, poderiam se tornar relevantes para explicitar a noção de sistema agrícola.” Emperaire et al. (2008).

O povo Pataxó, habitante da região do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, é descendente dos Pataxó Meridionais do tronco linguístico Macro-Jê que viviam entre os rios São Mateus e Santa Cruz de Cabrália no século 19. Eles possuem proximidade cultural e linguística com os Maxacali, o que se explicaria pelo histórico de intercâmbios e relações entre os grupos (TEMPESTA; SOTTO-MAIOR, 2005). Os Pataxó contemporâneos são resultantes da reunião entre vários grupos distintos que, em 1861, foram aldeados entre os rios Caraíva e Corumbau, na região de Porto Seguro e Prado, provavelmente na atual “aldeia mãe”, a aldeia Barra Velha. De acordo com os dados do Instituto Socioambiental (ISA) (2011), em 2010 existiam 11.833 indivíduos da etnia, distribuídos em 24 aldeias da região, que incidem nos municípios de Porto Seguro, Prado, Itabela, Itamarajú e Santa Cruz de Cabrália.

Os Pataxó sobrevivem a séculos de contato e colonização, processo este que promoveu o estabelecimento

1. Este ensaio é fruto de minha pesquisa de doutorado em Ecologia Aplicada, já em fase de finalização, realizada na Esalq-USP.

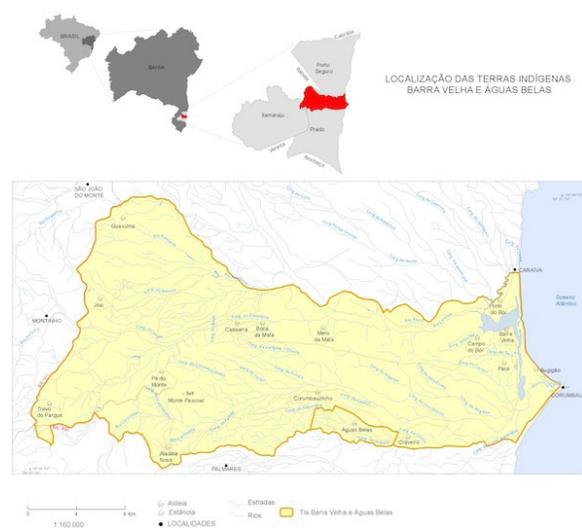
de uma economia agropastoril e madeireira na região resultando na devastação da floresta, na dizimação física e cultural deste povo e na apropriação das suas terras e recursos naturais por fazendeiros e madeiros (CARVALHO, 1977; CARDOSO et al. 2011). A partir de meados do século passado iniciou-se, na região que tradicionalmente foi ocupada pelos Pataxó, a implementação de unidades de conservação[2] para a proteção de fragmentos de Mata Atlântica. Isso culminou em um processo de perda territorial e ambiental; dispersão e invisibilidade das pessoas, de seus saberes e práticas; perda de biodiversidade terrestre; aceleração das mudanças no regime pluvial da região e empobrecimento de solos que, em conjunto, afetou severamente os sistemas agrícolas locais (Cardoso e Parra, 2010).

De forma geral, sabemos que este processo está imerso em um contexto global no qual o Estado-Nação e o Mercado exercem grande influência (Shiva, 2003; Thrupp, 2000) através do financiamento e imposição de um modelo agrícola que privilegia o monocultivo, o emprego de tecnologias modernas, a concentração de terras e o uso intensivo de agroquímicos em detrimento da diversidade de práticas agrícolas dos povos tradicionais e agricultores familiares (SHIVA, 2003). Contribui também para a deterioração e perda dos conhecimentos tradicionais, a noção de propriedade intelectual e competitividade, que são inerentes à lógica da indústria biotecnológica e agrícola (SANTILLI, 2009). Embora inserida neste contexto desagregador e homogeneizante, a agrobiodiversidade Pataxó persiste.

As tentativas de modernização do sistema agrícola

A região do Monte Pascoal se localiza no extremo Sul da Bahia compreendendo uma área litorânea de Mata Atlântica, onde se verifica a presença de manguezais e terrenos arenosos junto à costa e faixas de campo e floresta nas áreas mais interiores. A área do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) é parcialmente coberta por uma floresta ombrófila densa, além de apresentar também outros ecossistemas de matas ciliares, mus-

sunungas, restinga e áreas antropofizadas (ARRUDA CAMPOS et al. 2012). O clima é tropical quente e úmido. A maior parte da população Pataxó vive a menos de um quilômetro da costa, ao Sul de Porto Seguro, entre as embocaduras dos rios Caraíba e Corumbau. A área de 20.000 hectares que está localizada entre estes dois rios, e limitada pelo mar a Leste e a Oeste, é reconhecido pelos Pataxó como suas terras tradicionais. Esta área reivindicada pelos Pataxó para ampliação da Terra Indígena Barra Velha é composta por 12 aldeias. Existem outras 12 aldeias que estão situadas em terras cujos processos de regularização encontram-se em diferentes estágios (SOTTO-MAIOR, 2007). O presente trabalho se concentra, primordialmente, na situação da aldeia Barra Velha, (ver mapa de localização – Figura 1) a mais populosa de todas com cerca de três mil moradores.



Mapa de localização das Terras Indígenas Barra Velha e Águas Bela

Fonte: Cardoso et al., 2012.

Em um primeiro momento com o intuito de se determinar e proteger o ponto considerado marco histórico do descobrimento do Brasil, logo mais na década de 1930, a fim de proteger um importante fragmento de Mata Atlântica contra o acelerado desmatamento que acon-

*2 Unidade de Conservação é, segundo a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 (SNUC), "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". Os territórios Pataxó de Barra Velha e de Cahy-Pequi permanecem sobrepostos com unidades de proteção integral, respectivamente o Parque Nacional do Monte Pascoal e Parque Nacional do Descobrimento.

tecia na região, foi criado o Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) ignorando-se totalmente a presença Pataxó no território.

Na década de 1960, com o início da presença de funcionários do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) na região indenizando os moradores para que os mesmos desocupassem a área, a agricultura passa a ser oficialmente proibida no interior da região demarcada. O modelo de unidade de conservação implementado proibia não somente a presença de pessoas, mas também de plantas e animais considerados “não naturais” ao ecossistema do parque, como a mandioca e o dendê. No caso da mandioca o problema residia nas práticas de cultivo, que eram realizadas através do corte-e-queima, na qual uma parte da floresta é derrubada e queimada para o início do plantio, consideradas de extremo impacto para a preservação da floresta. Segundo a lógica de estabelecimento do Parque e a partir de então, as áreas de roças deveriam ser abandonadas e destruídas para que, então, naturalmente se regenerassem. Segundo Sampaio (2000), os estudos técnicos que orientaram a delimitação argumentaram pela “necessidade de proteção ao sítio histórico do Monte Pascoal e da preservação de uma faixa quase intocada da Mata Atlântica [...]” (SAMPAIO, 2000, p. 9), porém a área então delimitada não considerava a existência de povos indígenas na região e incidia completamente sobre o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó, os quais, sem o devido apoio do órgão indigenista nacional, foram forçados a receber indenizações por suas “benfeitorias”, abandonar sua aldeia e se realocarem em uma área de apenas 210ha, em Barra Velha, sem acesso a áreas de manguezal, impedidos de plantar suas roças (OLIVEIRA, 1985).

O caso Pataxó se tornou um exemplo emblemático no tocante a conflitos entre pessoas e unidades de conservação, pois a instalação dos parques geravam dificuldades de sobrevivência que acarretaram na diáspora de muitas famílias e na venda de mão de obra barata para fazendeiros locais. A implementação do PNMP recrudesciu, portanto, o fluxo migratório dos Pataxó de Barra Velha, possibilitando o surgimento de núcleos de moradia e implementação de roçados em outras matas, como na Mata Medonha (BIERBAUM, 1989), e na periferia do povoado Corumbau, vizinho ao Parque e embrião da atual aldeia de Corumbauzinho. Oliveira (1985) relata que muitos moradores dessas zonas não plantavam, conseguindo alimentos através da caça,

pesca, coleta de mariscos e caranguejo, entre outras atividades. A farinha era comprada em Caraíva ou Corumbal (vilas vizinhas) com o dinheiro da venda de piaçava ou trocada com parentes.

Agostinho (1993) avalia que, no decorrer dos acontecimentos, o IBDF, que prejudicou diretamente os Pataxó, passou a ser visto também como responsável pela proteção dos índios na região, pois teria sido responsável por recuar e deter, para além dos rios Caraíva e Corumbal, as frentes regionais de penetração – o que, naquela altura, segundo o autor, já teriam expulsado e exterminado os Pataxó. Este autor afirma que era de miséria a situação em que se encontravam os Pataxó na época da chegada da FUNAI para a coleta de informações que logo permitiriam o estabelecimento de uma reserva Pataxó, nos anos de 1960-70 (AGOSTINHO, 1993).

Para resistir à expulsão de suas terras mediante a implementação do PNMP, os índios Pataxó empreenderam um processo de retomadas de seu território tradicional através do roçado da mandioca. Um exemplo sempre mencionado pelos Pataxó e registrado em livro produzido por eles é a história de Dona Josefa, filha do cacique Epifânio, que sofreu diversas ameaças dos guarda-parques por infringir as regras e abrir roçado em áreas do Parque. Dona Josefa acreditava que não estava fazendo nada de errado em cultivar sua roça, pois suas mandiocas eram para alimentar seus filhos.

Diante da proibição e fiscalização, ela “resistia plantando” como dizem. Ainda hoje os Pataxó afirmam que graças à Dona Josefa eles não foram deslocados para o outro lado do Rio Caraíva, pois quando ocorreu uma reunião na aldeia entre pessoas do governo e as lideranças indígenas de Barra Velha, Dona Josefa, ao ouvir a proposta, interveio dizendo que dali ela não sairia “pra canto nenhum”, o que acabou impossibilitando o acordo de retirada das pessoas. Assim, a luta dos Pataxó através do cultivo de suas plantas possibilitou o retorno de ambos ao seu ambiente tradicional, à revelia dos guarda-parques que buscavam a qualquer custo eliminar pessoas e mandiocas dentro do parque (CARDOSO et al. 2011; OLIVEIRA, 1985).

A relativa invisibilidade da tradição agrícola indígena frente a ótica do poder público, em seus diversos níveis culturais, econômicos e ambientais, fez com que a prática agrícola Pataxó fosse considerada como ambientalmente predatória, primitiva e improdutiva.

Começaram, assim, a aparecer propostas de políticas e projetos de modernização dos sistemas agrícolas tradicionais baseados na transferência tecnológica e envio de insumos, de forma a fomentar produtividade e sustentabilidade. O uso de máquinas, sementes, adubos e agrotóxicos que chegaram pelas mãos do Estado se consolidam no território como práticas, ao mesmo tempo em que se verifica o início da entrada de alimentos padronizados de baixa qualidade (CARDOSO, et al. 2011).

Apesar destes fatores de transformação, os Pataxó vêm empreendendo formas de fazer persistir e re-valorizar as dimensões sociocultural e ecológica de seus territórios. Importante ressaltar a resistência deste povo na retomada do território, na organização social e na valorização cultural (música, rituais, reconstrução da língua) suas maiores frentes de luta e conquistas visíveis. Os processos culturais ligados à alimentação ou mágute, como os Pataxó denominam o alimento e toda a dimensão simbólica cognitiva dos saberes e sabores, também foram valorizados, numa perspectiva de resistência mais íntima, mais cotidiana, no seio da família e por professores engajados em dar visibilidade e repassar conhecimentos sobre a “cultura dos antigos” para um maior número de crianças e jovens (CARDOSO E PARRA, 2010).

A Resiliência dos Sistemas Agrícolas

Um trabalho pioneiro abordando os Pataxó de Barra Velha e seus subsistemas econômicos foi o realizado por Carvalho e publicado em 1977. A autora descreve com grandes detalhes as atividades produtivas realizadas na aldeia nesse período, destacando a agricultura como principal estrutura ocupacional de Barra Velha^[3]. Segundo ela, 82% da população estaria vinculada exclusivamente à agricultura ou em combinação com outra atividade. Dentre os registros da agrobiodiversidade presentes no estudo, destacam-se diferentes qualidades de banana, abacaxi, cana de açúcar, entre outras plantas e 27 qualidades de mandioca, entre bravas e mansas. Além disso, cada unidade de produção geralmente contava com mais de uma unidade agrícola. Porém, a autora calculava que havia um excedente de população humana e uma baixa taxa de utilização agrí-

cola orientada para a subsistência, o que futuramente tornaria pequena a área agricultável disponível para o grupo em expansão demográfica – principalmente devido ao empobrecimento do solo.

Em 2005, o antropólogo Azenha em sua tese sobre os Pataxó abordou a utilização de recursos e sua relação com o PNMP com o objetivo de explorar a relação dos povos tradicionais com a conservação. Em um dos capítulos de sua tese ele se dedica a uma descrição das atividades agrícolas comparando-as com o trabalho de Carvalho (1977) constatando que os tamanhos das roças permaneceram semelhantes aos que eram praticados há 30 anos, porém poucas famílias escolheram - ou foram capazes de - ter várias roças (AZENHA, 2005, p. 120). Entre as modificações encontradas pelo autor cabe destacar o registro da presença de roças coletivas, que teriam começado a aparecer em anos recentes, e o uso de fertilizantes doados pela FUNAI, embora registrados como uma prática em abandono.

Mesmo registrando as mudanças no uso da terra e afirmando que as atividades agrícolas tenham sofrido grandes transformações, Azenha relata que as práticas relacionadas ao cultivo da mandioca continuaram, de forma que esta atividade permaneceu sendo a mais importante para os Pataxó (AZENHA, 2005, p. 121). Com relação a menor diversidade de mandiocas encontradas, o autor sugere que algumas variedades possam ter sido abandonadas, tornando-se menos comuns ou ainda que esse resultado tenha ocorrido pela ausência de uma pesquisa exaustiva (AZENHA, 2005, p. 138). Contudo, o autor conclui que a disparidade de poder e renda na comunidade, devido ao aumento da interdependência com o mundo exterior, poderia provocar formas desiguais de adoção dos benefícios dessas intervenções.

Desde um ponto de vista governamental, as propostas políticas que foram desenvolvidas na região, a partir do final do século XX, visaram trabalhar com as demandas geradas pela sobreposição da área indígena com o parque e as questões socioambientais decorrentes. Vieram a se consolidar em 2002, quando foi proposto pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) o “Projeto de Viabilização Socioambiental das Comunidades Indígenas Pataxó do Entorno do Monte Pascoal”, com o posterior

*3 As principais estruturas ocupacionais, segundo a autora, seriam: 1. agricultura, 2. pesca, 3. artesanato, 4. comércio.

estabelecimento de um acordo de cooperação técnica entre os ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, o IBAMA e a FUNAI, respaldando o projeto e iniciando um processo de “gestão compartilhada” entre órgão ambiental, organização indígena e órgão da política indigenista. O projeto tinha os seguintes objetivos: conservação e recuperação da Mata Atlântica em suas terras e no Parque Nacional de Monte Pascoal propiciando a formação de corredores ecológicos; implantação de formas produtivas junto aos índios Pataxó, que garantem o uso sustentável dos recursos naturais; a melhoria da qualidade de vida e o resgate das tradições culturais.

O projeto UTF 047 – Subprojeto 03, aprovado, chamado localmente de “projeto FAO”, garantiu os recursos financeiros necessários para as ações de resgate e valorização de um artesanato mais autêntico, utilizando matéria prima não madeireira de forma sustentável. Outro dos seus objetivos prioritários foi o de:

difundir e implementar um tipo de agricultura nas aldeias Pataxó do entorno do parque, promovendo a recuperação progressiva de cobertura florestal das aldeias, a recuperação dos solos e o resgate de formas mais tradicionais e autônomas de praticar a agricultura nas áreas (MMA, s/d apud CARDOSO; PARRA, 2009, p. 51).

O projeto tinha como proposta central, no que tange à agricultura, realizar uma transição agroecológica fomentando, em curto prazo, a agricultura convencional com investimentos em insumos externos e máquinas e, em longo prazo, incentivando a substituição destas práticas por uma organização produtiva centrada na agroecologia, principalmente em sistemas agroflorestais (MACHADO, 2004).

Em termos metodológicos, o projeto consistia na realização de estudos, concessão de materiais e equipamentos para viveiros e abertura roças para os índios, dentre outras ações, criando um grupo de trabalho da agricultura para gerenciar as atividades. As ideias, os conceitos e as atividades, em sua grande totalidade, eram desenvolvidas por técnicos e por representantes de organizações governamentais e não governamentais sem o protagonismo, a decisão e o saber indígena, que tinham aqui um papel secundário e passivo.

Em 2004, a Organização Não Governamental Instituto Socioambiental (ISA) lançou uma volumosa publicação

abordando discussões sobre sobreposições de terras indígenas e unidades de conservação no Brasil (RICARDO, 2004). Um dos tópicos abordados foi dedicado aos Pataxó e ao Monte Pascoal, com um total de seis artigos. Em um deles é relatada a situação da área, que é de profunda miséria e insegurança alimentar devido às restrições de plantio impostas pelo Parque aos Pataxó.

Trata-se apenas da sobrevivência de uma população marginalizada e empobrecida material e culturalmente em decorrência da colonização. Seus modos tradicionais de uso dos recursos foram inviabilizados pela drástica redução do seu território e pela quase total destruição dos ecossistemas de Mata Atlântica da região onde vivem (TIMMERS, 2004, p. 76).

Além disso, Timmers (2004) defende que com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal e a proibição que enfrentam para a plantação, os Pataxó dependem de projetos externos para se reestabelecerem:

O PNMP é zona-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O projeto Pataxó atualmente em implementação nas aldeias Pataxó de seu entorno esta trilhando concretamente na aplicação desses princípios. Os seus primeiros resultados mostram que, apesar de um histórico de conflitos traumáticos, além de proporcionar segurança alimentar com ações emergenciais é possível, através de construção coletiva, mobilizar populações indígenas na conservação de um patrimônio natural que consideram como deles desde sempre, e pelo qual se sentem responsáveis perante o resto do país e do mundo. A recuperação de áreas degradadas do Parque e a implementação de Sistemas agro-florestais (SAFs) nas aldeias têm a possibilidade, no futuro próximo, de contribuir para o resgate da conexão entre a Área Protegida e o vizinho Parque do Descobrimento (TIMMERS, 2004, p. 181).

Para o autor, a fim de lidar com a questão da segurança alimentar dos Pataxó, seria necessária a continuidade de políticas públicas que foram postas em práticas buscando a recuperação de áreas degradadas do Parque e a implementação de SAFs nas aldeias. Machado (2004) também afirma que os Pataxó viviam em um contexto de fome profunda e falta de bases para a agricultura,

por isto deveriam ser assistidos/atendidos com ação emergencial através da promoção de uma agricultura que supostamente seria de maior produtividade, geraria alimento e renda com menor pressão sobre as florestas.

Segundo relatório do MMA, o trabalho para a implementação da agricultura sustentável seria o de convencer os índios a adotarem práticas agrícolas radicalmente novas. Diante destes pressupostos, foram fornecidos tratores para abertura de roças, foram realizados os cercamentos das terras, enviadas sementes, máquinas e adubos. A estratégia era de aproveitar a abertura mecanizada das roças alimentares para romper a barreira física imposta pela vegetação pioneira e, assim, abrir novas frentes de áreas de cultivos nas aldeias. Desta forma, criam-se condições consideradas mínimas para a recuperação progressiva de áreas degradadas com base em sistemas de produção sustentáveis. A diversificação da produção com plantas arbustivas em consórcio com plantios alimentares, as técnicas de sombreamento e adubação verde permitiriam recuperar os solos das áreas, evitando que fossem invadidas por sapé e, conseqüentemente, abandonadas (MMA s/d apud CARDOSO; PARRA, 2009). O maior desafio desta proposta de continuidade seria implementar SAFs que suportariam a produção alimentar por no mínimo dez anos garantindo a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, gerando, com plantios permanentes, fontes de renda monetária, assim como fontes de lenha e insumos para o artesanato de sementes, fixando cada vez mais os agricultores nas roças.

Em 2008 foi realizada uma consultoria para a elaboração de um etnomapeamento e zoneamento agroextrativista das aldeias da região do Monte Pascoal (CARDOSO; PARRA, 2009). Nela Cardoso e Parra (2009) mostram que, embora o projeto "Fao" tenha tido inúmeros resultados interpretados como positivos em relatórios elaborados durante e após seu término, com o registro de 28 variedades de mandiocas bravas ou mansas[4], as interpretações dos resultados nas aldeias são, na maioria das vezes, negativas e variam de acordo com a ligação anterior da pessoa entrevistada com líderes do projeto e de acordo com os resultados deste no dia a dia

das pessoas. Além disso, o discurso predominante seria de que "esse recurso da FAO e MMA que rolou na época da retomada do Parque que deram o dinheiro para eles produzirem e não entrarem na mata. Compraram o sossego" (Morador da Aldeia Águas Belas) (CARDOSO; PARRA, 2009, p. 47), ao mesmo tempo em que deixou mais dependência e destruição na paisagem. Os autores afirmam que

O resultado de uma longa história de contato dos Pataxó com a sociedade ocidental-capitalista gerou, além dos problemas sociais e econômicos, inegáveis marcas da devastação ecológica e cultural na paisagem. Aldeias confinadas em um território diminuto, estrutura fundiária transformada, solos degradados, vegetação devastada, agricultura empobrecida - com perda de sementes, saberes e práticas - e envolvimento em projetos "externos" que pouco contribuí para a autonomia e sustentabilidade (CARDOSO; PARRA, 2009, p. 49).

Os autores também sustentam que, desde a perspectiva do poder público, pode-se considerar que pairava uma relativa invisibilidade da tradição agrícola local nos seus níveis culturais, econômicos e ambientais, fazendo com que este elemento da vida Pataxó fosse tido, ao longo dos anos, por setores ambientalistas e do desenvolvimento agrícola, como "primitivo", "improdutivo" e ambientalmente "predatório" (CARDOSO; PARRA, 2009).

Apesar destes fatores de transformação, os Pataxó vêm empreendendo formas de fazer persistir e re-valorizar as dimensões sociocultural e ecológica de seus territórios. Importante ressaltar a resistência que este povo passa e que tem na retomada do território, na organização social e na valorização cultural (música, rituais, reconstrução da língua) suas maiores frentes de luta e conquistas visíveis. Os processos culturais ligados à alimentação ou mägute, como os Pataxó denominam o alimento e toda a dimensão simbólica cognitiva dos saberes e sabores, também foram revalorizados desde uma perspectiva de resistência mais íntima, cotidiana,

*4 Não é possível fazer uma comparação entre a diversidade cultivada encontrada por Carvalho (1977) e por Cardoso e Parra (2009), pois o número de aldeias existentes no território referente à TI Barra Velha e possivelmente o número de aldeias amostradas variaram durante esse período. As espécies que foram citadas têm caráter ilustrativo e ambos trabalhos oferecem uma lista da agrobiodiversidade encontrada, bem como o trabalho de Azenha (2005, p. 144-145).

no seio da família. Essa revalorização, em específico, é levada a cabo por professores engajados em dar visibilidade e repassar conhecimentos sobre a cultura dos antigos para um maior número de crianças e jovens (CARDOSO E PARRA, 2010), bem como para a manutenção de espaços considerados ilhas de agrobiodiversidade e de redes sociais de circulação de germoplasma (CARDOSO; et al., 2011; ARRUDA CAMPOS et al., 2012). Um exemplo atual é o plano de gestão territorial que traz nas ações voltadas à agricultura os seguintes componentes: a produção de um banco de sementes tradicionais; a busca de sementes dentro do território; a visita e a formação de técnicos agrícolas; a valorização dos saberes tradicionais; a manutenção da roça tradicional diversificada e com agroflorestas (CARDOSO et al., 2012).

Cultivando diversidade

A diversidade dos sistemas agrícolas Pataxó hoje envolve inúmeras espécies e variedades vegetais, algumas constantes e outras esporádicas, somando 95 espécies diferentes com cerca de 15 variedades de banana; 11 de pimenta, 8 de feijão e 34 variedades entre mandioca e aipins (mandioca brava e mansa). Comparando o registro das variedades realizado em 1977 por Rosário, sete variedades se perderam; outras catorze novas variedades foram incorporadas; algumas circularam por Barra Velha e podem ser encontradas com parentes em outras aldeias; e outras vinte variedades se mantiveram.

A mandioca é um bom exemplo da manutenção da diversidade, pois pode-se considerar que esta planta está relacionada à vida dos Pataxó tanto em relações na qual um influencia o outro (relações simbióticas quando a mandioca fornece alimento, companhia e prazer para os Pataxó e estes fornecem cuidado, atenção e boas condições para o desenvolvimento da planta) quanto em relações de subsistência, com o ato da colheita da mandioca pelos Pataxó.

A propagação da mandioca por estaca, dependente do trabalho e do cuidado humano, é um aspecto que fortalece essa simbiose, porém os Pataxó percebem que não são os únicos responsáveis pelo desenvolvimento desse ser, gerando um esforço em coordenar os ritmos de outras relações estabelecidas ao longo da vida da mandioca. Seus cuidados começam antes

mesmo da mandiba estar em suas mãos, deixando-a secar o leite, com a escolha do local e das técnicas de plantio para que a mandioca possa crescer saudável.

Em Barra Velha, o lugar de nascimento da mandioca é a roça. Inclusive, roça é sinônimo de uma área de cultivo de mandioca podendo abrigar, também, um consórcio entre mandiocas e outras plantas que variam com a vontade do agricultor e da agricultora e da disponibilidade de sementes como milho, feijão, cana, entre outras. Se a mandioca não for cultivada e apenas outras espécies forem plantadas, a espécie cultivada passa a ser inserida na nomenclatura do lugar, por exemplo: roça de abacaxi, roça de milho, roça de melancia, roça de feijão, entre outras. O lugar de abertura de uma roça depende da escolha do agricultor ou agricultora, que costuma levar em conta fatores como a disponibilidade de local, a relação entre a vegetação existente e a qualidade do solo. Com relação à disponibilidade de terreno, é preciso conciliar as intenções que se têm com a abertura da roça, ou seja, o que e o quanto se quer plantar, com a disponibilidade de terra e a distância da residência. Devido ao histórico fundiário de Barra Velha, cada vez mais um maior número de roças são feitas nos próprios quintais. O quintal já era um local onde se podia encontrar aipim plantado, porém em menor quantidade, ou até mesmo algumas mandiocas plantadas para se guardar a semente. O quintal é a área do terreno que circunda a casa e onde se planta “cebola, pimenta, coentro, pertinho mesmo de casa, na porta. Banana pode se plantar no quintal e na roça.”[5]

Um momento importante do processo de escolha do terreno envolve a percepção da **coordenação entre o mato e terra**, que é a percepção da relação entre a vegetação existente em um local e a qualidade daquela terra. Na teoria dos Pataxó, a terra é viva, respira e faz as coisas crescerem. Ela pode, então, cansar ou descansar, tornando-se boa ou ruim para ser utilizada na agricultura. Dessa forma, o mato da terra produz matéria orgânica, a chamada “serrapieira”, que nada mais é que a matéria orgânica da vegetação que começa a se descompor no solo com o passar do tempo.

Quanto mais tempo a terra descansa mais ela se alimenta da serrapieira

*5 No final do ensaio encontra-se uma lista contendo as plantas cultivadas nos quintais.

melhorando, assim, suas condições para a agricultura.

O processo de sucessão entre o momento em que uma área é desmatada para abertura do roçado, abandonada após a colheita e ocupada por outras espécies de plantas que vão crescendo naturalmente no terreno é chamado de encapoeiramento.[6] Dessa forma, capoeira é o nome da transição de um lugar em regeneração até se transformar novamente em mata. Esta transição é percebida em diversos estágios/etapas e nomeada de acordo com o porte da vegetação, por exemplo: primeiramente o lugar é ocupado por capins e sapê, principalmente quando o solo se encontra muito ácido e empobrecido. Com o tempo o lugar vai se tornando uma capoeira baixa, que apresenta uma estatura mais baixa de vegetação com ervas, arbustos e cipós identificando-se como espécies indicadoras a tiririca, a malva, o sapê, a biriba e o araçá do mato. A capoeira corresponde a um estágio intermediário entre capoeira baixa e capoeirão, contendo muitos cipós. Já o capoeirão ou capoeira alta apresenta espécies como pindaíba, ingá, louro, baraúna e sapucaia, e quanto mais velha e alta é a capoeira, mais espécies de mata alta aparecem, como ipê, jatobá, arruda e juçara.

Nessa lógica, a capoeira antiga e alta possui uma terra mais rica do que a capoeira baixa. Esta, por sua vez, possui uma terra melhor do que a da área de sapê. O lugar que Dona Joana escolheu para abrir a roça, por exemplo, havia descansado dois anos, sem chegar a encapoeirar. Embora considere as matas e capoeiras altas como locais ideais para abertura de roça, ela escolheu esse terreno justamente devido à qualidade do solo. Áreas com essas características haviam ficado distantes demais de sua residência e, mesmo que perto, ela não optaria por derrubar uma área de mata, pois concordava com o ICMBio de que essas áreas deveriam ser preservadas. Ela mesma conservava uma pequena porção de mata na parte de trás do quintal da sua casa.

A partir da escolha do local de abertura da roça, inicia-se o processo de **ruptura da coordenação mato-terra**, a fim de dar condições para a mandioca nascer e se desenvolver, pois o plantio da mandioca envolve justamente a limpeza do mato que aparecem durante o processo de encapoeiramento,

proporcionando a associação da mandioca com outras plantas em uma terra mais forte e descansada.

O processo de rompimento da coordenação do mato com a terra pode envolver diferentes técnicas dependendo do estágio da capoeira, ou seja, do porte da vegetação existente. Até a década de 1980 a abertura das roçadas ocorria em áreas de mata e capoeiras e seguiam o sistema de corte e queima, que consistia basicamente na derrubada da vegetação da área escolhida, queima da matéria orgânica e posterior plantio. A realização dessa atividade era feita de forma coletiva e se chamava batalhão. A terra resultante não precisava de adubo porque estava nutrida pela mata. Antigamente, porém, a região apresentava mais áreas de mata, floresta e a Barra Velha não era tão encapoeirada como agora.

As opções de paisagens disponíveis para escolha do terreno para o roçado diminuíram não somente com a demarcação do Parque Nacional, mas também pelo uso intensivo da área queb resultou disponível para agricultura. Atualmente, devido à proibição e reflexão fomentada em torno da degradação proveniente do desmatamento de áreas de mata e capoeiras altas, além da diminuição da existência desses terrenos, o preparo das roças se dá em áreas de capoeiras baixas, normalmente áreas degradadas como antigos pastos, áreas de sapê e tirirical. A área de pasto, localmente chamado de manga, refere-se a uma área desmatada com vegetação predominantemente rasteira, onde é plantado capim (braquearia, ticuia e colômbio) para a alimentação bovina. Quando o gado é retirado e esse local é abandonado, ele vai sendo colonizado por sapê e tiririca. Em alguns pastos encontram-se araçás e mangabas, que são apreciadas tanto pelas crianças como pelo próprio gado e outros animais. O cultivo em áreas menores e com menor porte de vegetação diminui a intensidade de trabalho e a alocação de mão de obra familiar e comunitária, contribuindo para o abandono da prática de batalhão. Banha, por exemplo, abriu sua roça em uma área de capoeira baixa que foi derrubada por ele e seu filho sem o uso do fogo.

O uso do fogo ainda é uma técnica utilizada no processo de abertura de roça para a limpeza do terreno,

*6 As florestas ombrófilas da região mostram um excelente poder de regeneração quando o solo florestal está conservado, visto que existe um verdadeiro banco de sementes em estado de latência pronto para a reabilitação do ecossistema sob condições favoráveis. Estágio inicial de regeneração: algumas espécies pioneiras como embaúba (*Cecropia palmata*) e murici (*Byrsonima sericea*). Estágio médio de regeneração: rica em epífitas e trepadeiras. Estágio avançado de regeneração: dossel fechado, sub-bosque denso com alta diversidade de espécies.

porém apresenta um benefício de curto prazo ao agricultor. Segundo Banha, “no final (a queima) acaba prejudicando muito mais, pois acaba com a vitamina do solo”. Segundo a teoria do agricultor, quando se queima a terra as mandiocas até “carregam bem” da primeira vez, mas depois “enfraquece a terra” e não “dá mais nada”. Algumas pessoas que aprenderam a plantar com fogo acabaram abandonando essa prática defendendo que é melhor a utilização do adubo.

Atualmente a maioria das terras disponíveis em Barra Velha está cansada, apresentando solos acidificados e pobres em nutrientes sendo comum, portanto, o nascimento de capins como sapê e tiririca, dificultando o trabalho de capina do agricultor. Faz-se necessário, então, o uso do trator para arar a terra, pois capinar a tiririca é trabalhoso por ela ser afiada, podendo cortar ou machucar a pele do agricultor, e por ter raízes bem espalhadas no terreno. A chegada do trator foi um fator que colaborou para consolidar a modificação na forma de plantio da aldeia. Como reflete um agricultor: “depois desse trator aí, o pessoal está fazendo a roça tudo pequena, uma tarefa, duas tarefas e não tem mais batalhão (mutirão)”. Realmente, o trator está presente na vida de muitas pessoas, sendo comum encontrá-lo circulando pela aldeia quando não está quebrado. Para utilizar o trator é preciso agendar um horário com o tratorista e ajudar nos custos da gasolina. Na impossibilidade de se usar o trator, alguns desistem de plantar e outras pessoas inovam experimentando tipos diferentes de plantios. Considera-se que muitas áreas precisam do trator, mas somente uma vez, quando o solo está muito deteriorado e é preciso revirá-lo. Muitos agricultores, no entanto, consideram que é importante deixar o solo quieto para a produção de serrapieira, ou seja, para permitir que as folhas apodreçam sobre o solo criando assim a matéria orgânica necessária para o posterior plantio com a enxada evitando, assim, a deterioração da terra pelo uso contínuo do trator.

Dessa forma, a escolha da abertura de uma roça de mandioca em um terreno envolve a percepção de diferentes atributos dos ambientes decorrentes de uma larga história de sociabilidade que, no caso da Barra Velha, ocorre entre os Pataxó e os diversos seres e entidades que coabitam com eles os espaços, bem como entre eles e outras pessoas de diferentes instituições que tentam, desde fora, orientar o uso e ocupação de seus ambientes. A escolha é feita, portanto, baseando-se não apenas em sua experiência de produção e comerciali-

zação do produto, mas também em sua vivência emotiva e sensível, bases de uma relação de responsabilidade e do sentimento de pertencimento com o lugar. Assim, o agricultor observa a terra e a dinâmica dela em relação com o mato antes de escolher o lugar onde plantar, levando-se sempre em consideração o critério de que o mato alimenta a terra em seu período de descanso, brindando a ela as condições necessárias para o desenvolvimento da mandioca. O mato é então retirado por meio da derrubada da mata (ou batalhão), pelo uso do fogo ou ainda pelo uso do trator, caso haja um desequilíbrio na relação do mato com a terra e se produza algum capim cortante, como a malva ou a tiririca.

Mas a relação do mato com a terra é também ambígua. Se a terra necessita um período suficiente de repouso que permita o crescimento do mato e posterior recuperação do solo, a diminuição das áreas cultiváveis em Barra Velha implica em uma limitação também da possibilidade de rotação de áreas. O que implica, por sua vez, em uma diminuição do tempo de repouso para a recomposição desse solo. Ou seja, a diminuição do tempo de repouso impede a formação de capoeiras e força os Pataxó a trabalharem em uma terra cansada, manejando terrenos onde a relação de equilíbrio entre o mato e a terra que se rompeu.

Outras relações ainda são bem coordenadas, como a da mandioca com a lua e com o sol, por exemplo. Essa relação é manejada pelos Pataxó ajudando-os na escolha do momento do plantio, o que potencializa fatores que favorecem o bom nascimento e crescimento da planta. A mandiba plantada na lua escura carrega na raiz e não é atacada por insetos; já a mandiba plantada nos meses de chuva e menos quentes permite que a terra não esquente demasiado, o que cozinaria a mandioca ainda plantada. Além disso, como os Pataxó bem sabem, a mandioca não se relaciona somente com a vida humana. Durante seu crescimento ela influencia e é influenciada não só à terra na qual foi plantada, mas também a inúmeros insetos, fungos, outras plantas e animais que com ela interagem, e nem sempre em associações intrespecíficas benignas. Isso acarreta com que cada planta se diferencie neste processo por meio de uma história única. Nesse sentido, a mandioca se torna mais que um nome, uma espécie no sentido biológico da palavra ou mesmo uma entidade fechada com uma categoria e essência imutáveis, independente do que aconteça.

Os Pataxó reconhecem as diferenças existentes entre uma planta de mandioca e outra e elas são percebidas em termos de qualidades (características qualitativas), não em termos de variedades (diferenças e semelhanças quantitativas). Portanto, a relação e o desenvolvimento da mandioca são percebidas pelos Pataxó de forma aberta, não determinista e tem relação direta com a história de cada planta, embora reconheçam, ao mesmo tempo, as variedades previamente identificadas. Ou seja, em termos de variedade, embora uma Pretinha continue sendo Pretinha ao longo de sua vida, ela não é a mesma Pretinha que está do lado dela. São, portanto, suas histórias de vida que as diferenciam ou assemelham segundo os Pataxó.

Cada modo de vida da mandioca, em sua diferença relacional, produz novas relações mesmo após a sua morte. No momento em que ela é retirada da terra, múltiplas interações são estabelecidas dependendo da parte do corpo. As folhas voltam para a terra nutrindo-a ou alimentando animais. A raiz entra em circuitos onde são processadas, enredam relações em lugares como as casas de farinhas, de onde saem farinhas, tapiocas, beijos, cauins, bolos, paçocas. Elementos que passam a interligar pessoas e coisas em redes mais amplas, seja no nível da casa, com a alimentação dos filhos, seja em nível comunitário, com rituais como oferta de dádivas, ou ainda podem ser destinados para o mercado regional. O caule (mandiba) pode voltar à terra para produzir novas mandiocas, circulando entre pessoas que apreciam a especificidade daquele ser.

Entre os Pataxó há uma grande circulação de trocas de sementes englobando diversas aldeias e parentes de diversas regiões. Esta prática faz parte de um modo de circulação econômica ancorada nos princípios da reciprocidade, no qual a doação é baseada nos laços sociais e em valores morais, e não no valor de troca ditado pelo mercado. A importância das redes de circulação de sementes, ou do material de plantio, está bem documentada na literatura (CHARNELA, 1997; AMOROZO, 2006; EMPERAIRE, 2006; 2008; ELOY, 2008) e é considerada uma estratégia de conservação do germoplasma. Charnela (1997), trabalhando no alto Rio Negro, constatou que “os horticultores Tukano buscam ativamente novas variedades de cultivares, quando viajam” (CHARNELA, 1997, p. 176). Emperaire (2006; 2008) chama a atenção para como fatores humanos e biológicos são indissociáveis no manejo da diversidade de mandiocas na região do alto e médio Rio Negro, no Amazonas. Segundo a

autora, a constituição do estoque de variedades estaria ligada às regras de casamento e posteriores trocas dessas variedades entre as diversas etnias residentes da região, pois “as normas de constituição das linhagens são exogâmicas, patrilineares e patrilocais” (EMPERAIRE, 2008, p. 347.), ou seja, segundo a autora uma mulher se casa com um homem de outra aldeia e passa a residir com ele herdando de sua sogra uma diversidade de mandiocas para cultivar. Essa diversidade seria alterada com as viagens e visitas dessa agricultora à sua aldeia de origem e, por conseguinte, obtenção de novas variedades trazidas em estacas para ser testadas. Essa rede de circulação atinge uma enorme área geográfica, incluindo países vizinhos (EMPERAIRE, 2008).



Roça de Seu Antônio e Dona Maria

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Considerações Finais

Pela literatura e pelos relatos no campo, é possível saber que os Pataxó tiveram seu território e seu modo de vida totalmente transformados ao longo do processo colonizador. O avanço das atividades agropecuárias, madeireiras e de infraestrutura no extremo sul da Bahia devastou a floresta ainda reinante e expulsaram indígenas de seus lares recrudescendo a lógica capitalista nesta região. O saldo final foi um território completamente degradado, com poucos fragmentos florestais e solos completamente saturados pelo fogo e por seu uso exaustivo, apresentando pouca margem para o uso de técnicas indígenas de manejo agroflorestal. Por outro lado, associado ao processo de desenvolvimento econômico e como uma faceta deste, foi criado o Parque Nacional do Monte Pascoal, considerado um monumento histórico da nação a fim de proteger a mata do monte, que gerou o impedimento do uso

dos recursos naturais e do espaço além de uma série de conflitos. Do ponto de vista indígena (ao qual ainda não foi dada inteira atenção), mesmo que estes povos defendam atualmente a manutenção da floresta (VIEGAS, 2007), as intervenções do Estado e do mercado representou não só uma devastação ambiental, mas também o choque entre formas de se conceber a natureza e os processos socioeconômicos das populações locais, a usurpação de suas terras, sua diáspora, dificuldades e transformações socioculturais.

Dessa forma hoje, no Monte Pascoal junto aos Pataxó, a diversidade dos sistemas agrícolas se mantém, cabendo destacar a centralidade dos quintais como reservatório das redes como circulação e acesso aos cultivares, dos saberes paisagísticos, dos valores e dos afetos. A resiliência do sistema do plantio da mandioca, ou seja, a capacidade de manutenção da agrobiodiversidade hoje, ocorre mesmo sob pressões e transformações, como a mudança do uso da terra, diminuição da área cultivável e da quantidade de plantio. Isso devido às condições precárias de vida em terras cansadas e devastadas, ao enfraquecimento do equilíbrio na relação entre matto-terra e consequente entrada de insumos, agroquímicos, maquinário agrícola e confinamento territorial. Assim, torna-se necessário explicar as mudanças que ocorreram nas condições sob as quais essa diversidade registrada se mantém.

Foi observado que no Monte Pascoal a diversidade se manteve, mas em menor quantidade de algumas espécies e qualidades. Muitas qualidades de mandiocas, por exemplo, são plantadas em menor número apenas para a conservação da “semente”. Além disso, elas diminuíram de tamanho e passaram a apresentar folhas amareladas, fazendo com que a mandioca subsista, porém numa condição precária. A entrada do trator e de adubos químicos foi uma escolha que tem implicações relacionais não só na manutenção da mandioca, ambos estabelecem coordenações que ajudam a mandioca a existir, trata-se de uma existência com base na precariedade, baixo relações de dependência (dominação?).

Antigamente a agricultura na Barra Velha era feita pelo sistema de corte e queima com posterior manejo da floresta e as mandiocas nasciam com mais vigor, agora as mandiocas são cultivadas em outras condições. Segundo Butler, (2015, p. 31), “a precariedade implica viver socialmente, isso é o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, na mão dos outros”. Pode-

mos considerar que este é um caráter multiespécie da mandioca e dos outros seres. Somos sempre dependentes. Se permitimos que a mandioca tenha uma vida precária num contexto em que somos multiespécies, logo a precariedade será para nós mesmos, o que nos oferece o seguinte questionamento: o que se pode fazer para melhorar a qualidade de vida da mandioca nessa região? Neste momento quando se tem dinheiro, compra-se arroz. Então, se a mandioca e outras plantas cultivadas estão persistindo, que modo de vida esta planta está tendo ali?

Através de um olhar atento à vida das plantas cultivadas e de um diálogo com os Pataxó, é possível considerar-se que há esforços para a recuperação florestal por parte de algumas famílias na Barra Velha, mesmo num contexto geral de maior precarização, reforçado pela negação dos sistemas agrícolas Pataxó pelo poder público. Os Pataxó se engajam em manter suas redes e práticas visando recuperar a vitalidade de seus territórios. A escolha da abertura de uma roça de mandioca em um lugar envolve a percepção de diferentes atributos do ambiente, decorrentes de uma larga história de sociabilidade que, no caso de Barra Velha, ocorre entre os Pataxó e os diversos seres e entidades que coabitam com eles nesses espaços, bem como entre eles e outras pessoas que tentam, de fora, orientar o uso e a ocupação de seus territórios. Envolve também o conhecimento de manejos oriundos não apenas da experiência produtiva pela busca por alimento ou produtos para comercialização, mas de uma vivência emotiva e sensível que gera uma relação de responsabilidade e sentido de pertencimento ao território. Manter as mandiocas é, portanto, um esforço prático, político e ético. “Resposta-habilidade” ou a habilidade de se responder às condições que afrontam à perpetuação da vida.

Dessa forma, para se entender a resiliência da diversidade cultivada é preciso prestar atenção aos seus emaranhamentos, à gestão dos ritmos coordenados, às assembleias que se formam e ao que eles estão produzindo. Nesse sentido, a marca da filosofia ecológica holística que afirma que tudo está conectado talvez não seja suficiente. Van Dooren (2014) chama a atenção para que a especificidade e as proximidades das conexões também importam, ou seja, “a que estamos ligados e de que forma” (VAN DOOREN, 2014, p. 60). Portanto, num contexto em que vida e morte acontecem dentro de relações, este ensaio sugere que se busque entender como uma comunidade humana específica,

e também de outros seres vivos, estão entrelaçadas e como esse entrelaçamento está implicado em relações amplamente destrutivas para que, com responsabilidade, possamos escolher entre a construção de certo tipo de mundo e não de outros, ajudando a reatar a resiliência do nosso mundo multiespécie.

Referências

- AGOSTINHO DA SILVA. Índios e ambiente: considerações ecológicas no estudo e demarcação de territórios indígenas. In: MAGALHÃES, A.C. (Org.). Sociedades indígenas e transformações ambientais. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Meio Ambiente, 1993. 203p.
- AMOROSO, M.C.M. 2002. Agricultura Tradicional, Espaços de Resistência e o Prazer de Plantar. In: Albuquerque, U.P. et al (orgs.). Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, p 123-131.
- ARRUDA CAMPOS, M.A. ;CARDOSO, T.; PARRA, L. ;ALMEIDA, F. Relatório Etnoambiental para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatiba. Brasília: FUNAI, 2012. 203p.
- AZENHA, G. Conservation, Sustainable Development, and "Traditional" People: Pataxó Ethnology and Conservation Paradigms. 2005. 298p. (PhD. Biology/Cultural Anthropology). Cornell University, 2005.
- BIERBAUM, B.F. Vida e Morte n(d)a Mata. Boletim da ANAÍ, Salvador, v. 3, p. 13-54. set/dez. 1989.
- BUTLER, J. Vida precária, vida passível de luto. In: _____ Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287p.
- CARDOSO, T.M.; PARRA, L.B. O mágute Pataxó ameaçado de extinção? 2010. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/content/view/363/95/>>. Acesso em: ago. 2013.
- CARDOSO; PARRA, Etnomapeamento e zoneamento agroextrativista das aldeias Pataxó do Monte Pascoal. Brasília: MMA/PNUD, 2009. 130p. Relatório Técnico). 2009
- CARDOSO, T.M.; MODERCIN, I.; PARRA, L.B. A persistência dos bens e espaços comuns na agricultura indígena na Bahia. In: Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 149-181, 2011.
- CARDOSO, T.M. ;PARRA, L.B.; SANT'ANA, G.E ;PINHEIRO, M. Aragwaksã: gestão territorial Pataxó de Barra Velha e Águas Belas. Brasília: FUNAI-DEDOC, 2012. 109p.
- CARVALHO, M.R.G. Os Pataxó de Barra Velha: seu sub-sistema econômico. 1977.444p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia Salvador1977.
- CHERNELA, J.M. Os cultivares de mandioca na área do Uapês (Tukâno). In: RIBEIRO, B. (Org). Suma Etnológica Brasileira: Etnobiologia. 3. ed. Belém: UFPA, 1997. p.170-197.
- ELOY, L. Resiliência dos sistemas indígenas de agricultura intinerante em contexto de urbanização no noroeste da Amazônia brasileira. In: Confins. (online), n. 2. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index1332.html>>. 2008. Acesso em: 05 mai. 2015.
- EMPERAIRE, L. Histórias de plantas, histórias de vida: uma abordagem integrada da diversidade agrícola tradicional na Amazônia. In: KUBO, R.R.; BASSI, J.; SOUZA, G.; ALENCAR, N.; MEDEIROS, P.; ALBUQUERQUE, U. (Org.). Atualidades em etnobiologia e etnoecologia, v. 3. Recife: NUPEEA/SBEE. 2006. p. 187-197.
- EMPERAIRE, L. O manejo da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca na Amazônia. In: BENSUSAN, N. (Org.). Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que e por quê. Brasília: UnB, 2008. p. 337-353.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). 2011. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>. Acesso em: fev. 2016.
- MACHADO, F.B. Atividades econômicas dos Pataxó de Barra Velha. In: RICARDO, F. (org.) Terras indígenas e unidades de conservação no Brasil: o desafio das sobreposições. Brasília: Instituto Socioambiental, 2004 192-196p.
- OLIVEIRA, C. de. Barra Velha: o último refúgio. Londrina: Editado pelo autor, 1985. 67p.

RICARDO, F. (org.). Terras indígenas e unidades de conservação no Brasil: o desafio das sobreposições. Brasília: Instituto Socioambiental, 2004. 688p.

SAMPAIO, J.A.L. Breve histórico da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. Caderno de História, v.5, n. 6. 2000. p.1-72.

SANTILI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009. 520p.
SHIVA, V. 2003. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia.

SOTTO-MAIOR, L. Relatório circunstanciado de revisão de limites: Terra Indígena Barra Velha Monte Pascoal. Brasília: FUNAI, 2007. 430p;

TEMPESTA, G.; SOTTO-MAIOR, L.S.B. Relatório de fundamentação antropológica - GT de Revisão dos Limites da TI Barra Velha e Identificação de Corumbalzinho. Brasília: FUNAI, 2005. 52p.

THRUPP, L.A. Linking agricultural biodiversity and food security: the valuable role of agrobiodiversity for sustainable agriculture. In: International Affairs, online v. 76, n. 2, p. 265-281, 2000.

TIMMERS, J.F. Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade. In:

RICARDO, F. (Org). Terras indígenas e unidades de conservação no Brasil: o desafio das sobreposições. Brasília: Instituto Socioambiental, 2004. 174-186p.

VAN DOOREN, T. Flight ways: life and loss at the edge of extinction. Columbia University Press, 2014. 193p.
VIEGAS, S.M. Terracalada: os Tupinambá na Mata Atlântica do sul da Bahia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. 339p.